

Em três anos, Jockey Club passa de 'inviável' a prioridade

Em 3 anos, criar parque no Jockey Club passa de 'inviável' a preferencial

— SP Urbanismo viu 'restrições funcionais, de tombamento, altos custos de implantação e manutenção em área alagadiça'; clube fala em tentativa 'absurda' de desapropriação

PRISCILA MENGUE

Em três anos, a instalação de um parque no Jockey Club de São Paulo passou de uma proposta descartada pela Prefeitura a um dos novos espaços de lazer com implementação preferencial pelo Município. A intenção de transformação em parque foi reiterada pela gestão Ricardo Nunes (MDB) na quinta-feira, um dia após os vereadores aprovarem a proibição do turfê em São Paulo.

Sancionada pelo prefeito, a lei entrou em vigor após a publicação no Diário Oficial de ontem. Há prazo de 180 dias para o encerramento de atividades, o que pode interferir diretamente na permanência do Hipódromo de Cidade Jardim, localizado em área nobre da zona sul desde 1941. A situação chama a atenção em meio à mudança no zoneamento do entorno do Jockey, que passou a permitir prédios em áreas antes restritivas a casas, como revelou o Estadão.

Procurada, a Prefeitura não informou detalhes sobre a transição das atividades. Só que "tão logo a área seja oficialmente da Prefeitura, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) dará início aos estudos". Em agenda pública ontem, Nunes destacou que "não é decisão monocrática, é decisão coletiva, que foi votada e aprovada. Veja, por exemplo, tem a proibição de rodeio. Tem cidade que não tem (proibição), aqui tem", completou.

Em nota, a diretoria do Jockey lamentou a decisão, alegando que teria sido baseada em um "total desconhecimento sobre o esporte", que sinalizaria "claro interesse em tentar desconstruir a história" e abriria espaço para uma "absurda tentativa de desapropriar o terreno", "para possível especulação imobiliária". Também disse que tomará as "medidas legais cabíveis".

Na semana passada, a gestão Nunes informou o entendimento de que o espaço passaria ao Município com o fim das atividades, pois a posse do hipódromo estaria atrelada à permanência do turfê. A área foi incluída no quadro de parques com adoção preferencial na nova lei do Plano Diretor, com o

nome de João Carlos Di Genio, empresário fundador do grupo educacional Unip-Objetivo, que morreu em 2022.

Um dos aspectos mais citados por aqueles que defendem a transformação em parque, e pelo prefeito, é a dívida de IPTU. O comunicado de sanção da lei da gestão Nunes aponta um valor de R\$ 856 milhões. Já o Jockey contesta a cobrança desse imposto e o cálculo feito pelo Município.

A DIVERGÊNCIA. A intenção municipal de transformação em parque é distinta do entendimento que se tinha ao menos até 2021. À época, a Prefeitura dizia ser "inviável" a iniciativa. O entendimento surgiu no Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Jockey Club, sugerido por representantes do hipódromo em 2017. A partir da manifestação de interesse privado, a gestão municipal desenvolveu estudos e avaliações.

Em 2020, foi apresentada uma proposta preliminar, na qual já se descartava a implantação de um parque no interior da pista. Após esse momento, um dos últimos registros de discussão do tema é de uma reunião de maio de 2021, já durante a gestão de Bruno Covas (PSDB) e Nunes. Na reunião com associações de bairro, representantes da São Paulo Urbanismo (SP Urbanismo) destacaram a "inviabilidade" de transformação da área em parque. Como justificativa, citaram as "limitações de arborização e instalação de equipamentos" e a existência do Parque Alfredo Volpi nas proximidades, a cerca de um quilômetro.

A resposta ocorreu em meio às dúvidas dos moradores sobre a criação do parque, que era um dos pontos centrais do PIU. Os motivos foram apresentados diversas vezes, como em uma reunião com integrantes de conselhos municipais em 2020. "A tese de parque público foi considerada inviável por restrições funcionais, de



TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Repassado ao Jockey pela Cia. City, o espaço é patrimônio histórico

A visão do atual prefeito Ricardo Nunes comparou com os rodeios: 'Tem cidade que não tem (proibição), aqui tem'

Possível proibição de corridas leva pessoas ao local pela 1ª vez

A decisão que proíbe corridas de animais para apostas e jogos de azar provocou uma movimentação incoerente no Jockey Club de São Paulo, no sábado. Pessoas correram ao maior hipódromo do País para conhecer de perto o turfê antes de uma eventual proibição total.

Até os gestores do espaço se surpreenderam com o movimento, não pela quantidade - não foi uma multidão que se formou na portaria na Avenida Lineu de Paula Machado, na Cidade Jardim -, mas pelas pessoas que procuraram a área nobre pela primeira vez, curiosas para descobrir o espaço que ocupou

parte do noticiário ao longo da semana. Foi o caso da servidora pública Soraya Teles, de 26 anos, e do assistente comercial Bruno Alves, de 32, que resolveram conhecer o local. "Nunca tinha visto uma corrida de cavalos e fiquei curiosa. É um espaço muito bonito", afirmou.

Toda a movimentação em torno da possível proibição do turfê em São Paulo também levou os assistentes administrativos Alexandre Nogueira, de 20 anos, e Thalita Hatsue, de 19, a ocupar os espaços das arquibancadas de madeira pela primeira vez. A ideia foi dela. "Eu já gostava de corridas, mas só tinha visto pela TV. Toda essa polêmica fez com que a gente viesse ver de perto." Nesta semana, haverá páreos no sábado. ● GONÇALO JUNIOR

tombamento, altos custos de implantação e manutenção de um parque em área alagadiça", destacaram representantes da SP Urbanismo à época. Na mesma reunião, destacou-se que a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente "reconhece o interesse público na preservação da área verde privada do hipódromo, mas não em transformá-lo em equipamento municipal, considerando os parques já existentes na região

e a própria qualidade ambiental do bairro Cidade Jardim".

Além disso, era destacado o entendimento da então Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo de que "a implantação e gestão de um parque público no local seria inviável, considerando as condições geológicas da área e as restrições das resoluções de tombamento, que restringem o plantio de vegetação arbórea e a construção de edificações

no Pão do Prado (setor onde o Jockey propôs o parque, na parte interna da pista)".

Segundo a análise ambiental feita por técnicos da Prefeitura, uma parte do terreno do Jockey é de solo compressível ("solo mole") e outros típicos de várzeas, assim como abrange também área de escoamento difuso de dois córregos. Trata-se, portanto, de local propenso a cheias, como mostra a nova carta geotécnica da cidade, uma das bases das mudanças urbanísticas a serem votadas hoje na Câmara.

HISTÓRICO. O atual hipódromo teve a posse do terreno (de cerca de 600 mil m²) repassada ao Jockey Club por volta de 1928, por iniciativa da Cia. City, que fazia a urbanização da região após a retificação do Rio Pinheiros. Estima-se que o espaço tem capacidade para até 20 mil pessoas e 1,4 mil cavalos, segundo dados apresentados à época do PIU Jockey.

O hipódromo tem parte das instalações tombadas como patrimônio cultural do Estado desde 2010. Independentemente da continuidade das atividades atuais, essas construções históricas precisariam ser preservadas pelos responsáveis pelo espaço - a exemplo do que ocorre no Parque do Ibirapuera e no Horto Florestal.

Entre os espaços tombados estão arquibancadas sociais, de proprietários e especiais, as fachadas e volumetria (características externas) da guarita e do prédio principal, o saguão, a biblioteca, o conjunto de baías, a pista e a vila hípica. Esse conjunto inclui a preservação dos altos-relevos de autoria de Victor Brecheret.

Há limitações para novas construções em algumas áreas, mas não em todas. Em 2017, a Prefeitura teve aval para a construção de torres nas duas pontas do terreno. O tombamento do hipódromo ainda existe na esfera municipal.

No Estado, a decisão destacava se tratar de espaço com "exemplar qualidade e inovação arquitetônicas em meados do século 20, constituindo parte integrante da paisagem da cidade de São Paulo, representativa de uma prática cultural da elite paulista, ligada ao esporte e à sociabilidade". ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metrôpole Caderno: A Pagina: 19